

Do pós-abolição aos coletivos negros universitários: As lutas do movimento negro e sua continuidade

Nayara Carvalho dos Santos¹
Afonso Cesar Pinto dos Santos²

1 Graduanda de Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista do Programa de Estágio Curricular do Museu da Vida Fiocruz, Pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros UERJ (NEAB/UERJ), Vice-presidente do Coletivo Panteras Negras UERJ, e-mail: nayarasantosuerj@gmail.com

2 Graduando de Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros UERJ (NEAB/UERJ), Presidente do Coletivo Panteras Negras UERJ, Pesquisador associado a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)(ABPN) e a Associação Brasileira de Estudo da Trans-Homocultura(ABETH) e-mail: afonsocontato.cesar@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em termos jurídicos, a abolição da escravidão no Brasil ocorreu em 13 de Maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Com apenas dois artigos, o documento declarava extinta a escravidão em seu primeiro artigo, e o segundo revogava disposições contrárias. No entanto, a abolição não ocorreu de forma imediata, mas gradualmente por meio de leis anteriores como a Lei Eusébio Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Longe de ser um ato benevolente da monarquia, a abolição foi resultado de pressões internas das lutas abolicionistas e externas – sendo o último país da América a abolir a escravatura, o Brasil sofria críticas internacionais que afetavam sua imagem e comércio.

Oficialmente libertos, os ex-escravizados foram lançados à própria sorte, pois a Lei não lhes garantia nenhum tipo de indenização pelos quase quatro séculos de exploração. Sem apoio do Estado, a população negra estava livre, mas condenada à subalternidade e às condições precárias de sobrevivência. A liberdade, embora formalmente garantida, não veio com real reparação, acesso a terras ou direitos básicos, isolando-os completamente enquanto cidadãos na nova sociedade.

É nesse contexto que os primeiros movimentos negros ganham força no Brasil republicano, imbuídos pela consciência construída durante as lutas abolicionistas, agora alimentados pela indignação com a falta de direitos após a libertação. Diante disso, os apelos desses movimentos reivindicavam não apenas reparação, mas uma Segunda Abolição, que ampliava o sentido de liberdade conquistada. Esse pedido denunciava a realidade por trás da libertação – a população negra estava à margem da sociedade – e reivindicava sua inserção plena na esfera social, política e econômica.

As reivindicações desses movimentos no pós-abolição foram base para a consciência política do Brasil nos séculos seguintes. Seus esforços construíram um legado, mantendo viva a memória de uma abolição incompleta e sem reparação, sendo referência para lutas seguintes, que se reinventavam diante de novos desafios e exclusões. A continuidade veio com novas organizações que lutavam por maior presença da população negra e pela reconstrução das narrativas que excluía a real situação do negro desde o início da constituição do país.

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

O presente trabalho tem como objetivo inicial refletir o processo pós-abolição analisando seus desdobramentos e a inserção da população negra ex-escravizada na sociedade brasileira, fundamentando-se na análise feita por Florestan Fernandes em sua obra *O negro no mundo dos brancos*. A abordagem sociológica de Florestan nos dá pistas que nos permite compreender a abolição como um processo incompleto que na prática não rompeu de fato com a estrutura colonial anterior. Tal processo foi marcado pela ausência de reparação e a negação de direitos básicos para a população negra, o que deu origem à ideia de “segunda abolição”.

Segundamente, esse estudo objetiva investigar e refletir a continuidade dessas lutas no contexto atual, revisando ações e sujeitos importantes nas reivindicações históricas por justiça racial e equidade, também utilizando como objeto de análise e reflexão a atuação de coletivos negros dentro da universidade, compreendidos aqui como agentes políticos que atualizam as articulações, estratégias e discursos herdados de movimentações anteriores. Sua presença e atuação se expressa como ação concreta na luta por uma segunda abolição - social e estrutural -, deixando evidente que as reivindicações por igualdade racial são tão urgentes no presente como eram no passado, e, seguem sendo discutidas e defendidas pelas novas gerações.

ONDE HOUE ESCRAVIDÃO HOUE RESISTÊNCIA...

“O negro vai ser sempre, enquanto não houver democracia no Brasil, o nosso melhor ponto de referência para determinar que o Brasil não é uma sociedade democrática. (...)” Florestan Fernandes em entrevista ao programa Vox Populi (1984).

Ainda que sob punições desumanas, a exploração da população negra no Brasil nunca foi recebida passivamente pela mesma. As estratégias eram diversas, desde o enfrentamento físico aos castigos violentos, até as reuniões onde os escravos se encontravam discretamente para preservar suas tradições e planejar rotas de fuga. Segundo Reis e Gomes: *“(...) Houve um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão – e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e da formação de grupos de escravos fugidos”*. (Gomes; Reis; 1996). As ações individuais de negros que se recusavam o trabalho ou fugiam, demonstraram a insubordinação da população negra contra a situação imposta à ela. No entanto, as mobilizações coletivas foram as que mais abalaram o sistema escravista. A resistência gerou um desgaste neste sistema, e por consequência abriu espaço para o crescimento das lutas abolicionistas seguintes.

Florestan Fernandes, em sua obra “O negro no mundo dos brancos”, nos aponta pistas importantes para a compreensão das movimentações do que ele chama “meio negro” no contexto pós abolicionista. A população negra após ser liberta, viu-se desamparada pelo Estado, estavam livres mas sem direitos. Aqueles que são letrados, ou quase, vão transformar o desajuste social e indignação dos ex-escravizados em protesto, apelando por uma Segunda Abolição. Florestan destaca que os meios de comunicação, assim como os movimentos políticos, eram indiferentes à situação do negro. Mesmo os brancos mais esclarecidos atribuíam a desigualdade a incapacidade do negro em se adaptar as mudanças na sociedade. Também tinham aqueles que utilizavam de justificativas estereotipadas para explicar a miséria, o alcoolismo, o desemprego, a prostituição, as mães solteiras, os menores abandonados.

Fernandes identifica que as questões apontadas pelos intelectuais, líderes e associações negras foram de suma importância para o desmascaramento da falsa harmonia racial disseminada pela sociedade branca. Também é observado pelo autor a clara consciência desses agentes negros quanto ao preconceito de cor enquanto discriminação e segregação propriamente, mas principalmente como um mecanismo complexo de dominação e manutenção de poder. Em seu texto, Florestan vai observar as denúncias e reivindicações foram descaradamente sabotadas através do silenciamento por parte da mídia e quase extintas.

Mesmo diante da exclusão e da tentativa de apagamento de suas ações, as lutas da população negra sempre encontram espaços e meios de resistir. Ainda que invisibilizadas, essas lutas foram essenciais na construção da consciência crítica da luta negra, sendo embriões dos movimentos sociais negros que viriam a dar continuidade as suas lutas.

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE: A CONTINUIDADE DAS LUTAS POR IGUALDADE RACIAL

*Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe, do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir*

BK' - Continuação de um sonho

A presença de coletivos negros nos espaços acadêmicos representa não só uma denúncia ao racismo estrutural e à exclusão histórica, como também uma proposta de resistência fundamentada na valorização da cultura afro-brasileira e na luta pela permanência estudantil.

Para entender essa atuação atual, é necessário olhar para a história, especialmente para o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931 em São Paulo. A FNB nasceu da organização de antigos membros do Centro Cívico Palmares, que reconheciam a importância dos espaços de encontro da população negra e decidiram formalizar sua atuação política. A FNB se destacou por investir em educação para o povo negro, especialmente após a exigência de alfabetização para o voto. Seus líderes, com boa formação acadêmica, acreditavam que dominar o conhecimento era essencial para conquistar direitos. Com membros como Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite, Abdias do Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves, a FNB mostrou que a luta social do Movimento negro exige domínio da linguagem dos dominantes. Até hoje, inspira novos coletivos negros na busca por justiça e equidade.

Após a dissolução da Frente Negra Brasileira durante a ditadura de Vargas, diversas organizações do movimento negro surgiram em diferentes regiões do Brasil. No entanto, foi durante a ditadura militar de 1964 que se consolidou, pela primeira vez, o Movimento Negro Unificado (MNU), criado no ano de 1978 a partir da articulação de entidades como a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, o Centro de Cultura e Arte Negra, o Jornegro e jornais como *Abertura e Capoeira*. Inspirado pelo movimento negro dos Estados Unidos, o MNU reuniu intelectuais e representantes de vários setores com o objetivo de unificar as lutas do povo negro. Ganhou visibilidade ao combater o mito da democracia racial e ao se posicionar contra a ditadura, tendo papel central na conquista de direitos — como a inserção de pautas na Constituição de 1988 e, posteriormente, na formulação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Já no século XXI, com o avanço das políticas de inclusão e o aumento do acesso da juventude negra às universidades, uma nova vertente do movimento negro passou a se fortalecer: os coletivos negros estudantis. Ao ingressarem no espaço acadêmico, muitos jovens negros se depararam com um ambiente que historicamente não foi feito para acolhê-los — e muitas vezes se mostrou hostil. Nesse contexto, os coletivos negros universitários surgem como espaços de acolhimento e resistência, onde estudantes, antes solitários em sua trajetória acadêmica, encontram apoio, identidade e força para concluir a graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste trabalho, é possível concluir que a população negra brasileira, desde o período pós-abolicionista, ainda busca, em meio a uma sociedade marcada pelo embranquecimento, aquilo que Florestan Fernandes denominou de “segunda abolição”.

Essa luta se manifesta tanto nos movimentos sociais negros quanto na presença e resistência dentro dos espaços universitários. Por isso, as reflexões teóricas de Fernandes, mesmo tendo sido escritas há décadas, continuam extremamente atuais e relevantes para compreender e fortalecer as lutas sociais do movimento negro no Brasil.

REFERÊNCIAS

BK'. **Continuação de um sonho**. In: BK'. Icarus. YouTube, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3v2m6n8f>. Acesso em: 8 mar. 2025.

FERNANDES, Florestan. **Entrevista ao programa Vox Populi**. 1984. Disponível em: <https://tinyurl.com/4rj2f3v7>. Acesso em: 8 mar. 2025.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.